

VISÃO DO CORREIO

As duas faces da Copa do Mundo

A Copa de 2026 terminou com a Espanha campeã, mas o principal legado da 23ª edição, em 96 anos de história, vai muito além do resultado esportivo. A maior edição da história do torneio consolidou o futebol como linguagem universal e também revelou, de forma inédita, como o Mundial se tornou um espaço de disputa política, econômica e diplomática.

Dentro das quatro linhas, a Espanha ofereceu uma das principais lições da Copa. O título não nasceu do acaso nem apenas do talento individual. Foi consequência de um projeto coletivo de longo prazo, com uma identidade construída desde as categorias de base. Fora do campo, o Mundial expôs contradições. Teve três sedes, mas um centro de poder. Os Estados Unidos concentraram os principais palcos, a maior exposição internacional, a econômica e os momentos decisivos.

A cerimônia de premiação produziu uma cena simbólica dessa realidade. A imagem de Donald Trump ao lado da taça, em posição de destaque, enquanto os demais líderes dos países-sede — México e Canadá — apareciam em segundo plano, reforçou a percepção de um evento no qual esporte e política compartilham o mesmo palco.

A geopolítica também entrou em campo. As dificuldades logísticas enfrentadas pela seleção iraniana, obrigada a administrar deslocamentos extraordinários entre México e EUA em razão das restrições diplomáticas, mostraram que decisões de Estado passaram a interferir diretamente na rotina da competição.

Essa transformação não começou em 2026. As últimas edições mostram como o Mundial passou a refletir as tensões de seu tempo. A África do Sul recebeu, em 2010, a primeira Copa do continente africano, carregada de simbolismo e debates sobre legado. O Brasil de 2014 conviveu com manifestações populares e questionamentos sobre prioridades nacionais. A Rússia de 2018 organizou o torneio em meio a tensões internacionais. O Catar de 2022 enfrentou críticas relacionadas aos direitos humanos e às

condições de trabalho dos migrantes. Em 2026, imigração, fronteiras e relações diplomáticas também fizeram parte da agenda.

A Copa tornou-se um espelho do mundo em que é disputada. E o reflexo também apareceu na economia. A Fifa alcançou patamares financeiros históricos, impulsionada por contratos comerciais, direitos de transmissão, hospitalidade e novas formas de exploração do evento. A aproximação com a lógica americana de entretenimento esportivo ficou evidente no show do intervalo da final, inspirado no modelo do Super Bowl.

O crescimento do negócio — passando a disputar espaço na indústria global do entretenimento — também inflou o debate sobre o acesso dos torcedores comuns, divididos entre o número recorde de 48 seleções. Esse é o principal dilema deixado por 2026. A democratização promovida dentro das quatro linhas passou a conviver com um acesso cada vez mais seletivo fora delas, impulsionado por ingressos de alto custo, hospitalidade premium e experiências corporativas.

O futebol continua sendo capaz de emocionar, aproximar culturas e criar histórias universais. A Espanha comprovou isso ao conquistar o mundo com uma geração construída a partir de ideias e trabalho. Mas o Mundial também mostrou que a bola agora convive com interesses políticos, econômicos e estratégicos que disputam espaço ao seu redor.

A Fifa administra um dos maiores negócios do planeta. Os governos enxergam uma poderosa vitrine. As empresas encontram novas oportunidades. Mas a alma da Copa do Mundo continuará dependendo daquele que sempre esteve no centro da história: o torcedor.

A Copa pode crescer, conquistar novos mercados e alcançar dimensões cada vez maiores, mas não deve perder a capacidade de fazer milhões de pessoas se reconhecerem dentro de uma mesma história. No fim, é isso que transforma um jogo de futebol em um acontecimento mundial. É esse patrimônio que a Fifa tem o dever de preservar.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Um dever de todos nós

Ninguém tem a prerrogativa de machucar crianças e adolescentes, sob que pretexto for. Ninguém. Precisamos varrer deste país a mentalidade perversa de que pais ou responsáveis podem infligir castigos físicos e psicológicos para "discipliná-los". Não podem. Meninas e meninos são sujeitos de direitos, não propriedades das famílias.

Nossa sociedade é ainda bastante permissiva com as agressões a seu público mais vulnerável. Uma mostra disso apareceu na pesquisa Atitudes e percepções sobre a infância e violência contra crianças e adolescentes no Brasil, realizada pelo Infnis — Instituto Futuro é Infância Saudável —, em parceria com a Quaest.

Para 62% dos entrevistados, ao presenciar uma criança apanhando na rua, a reação mais provável é não se envolver. Entre os principais motivos apontados para essa postura estão a percepção de que “cada um sabe da própria vida” e que seria constrangedor interferir na forma como outras famílias educam seus filhos. Pois é. Chamam a isso de educar. Entendimento que reitera ser este um país onde espancar significa "disciplinar". É a naturalização da crueldade.

"Apesar dos avanços na conscientização sobre a violência infantojuvenil, muitas dessas situações ainda são tratadas como um assunto privado, enfraquecendo a responsabilidade coletiva no enfrentamento das violências", diz o Infnis.

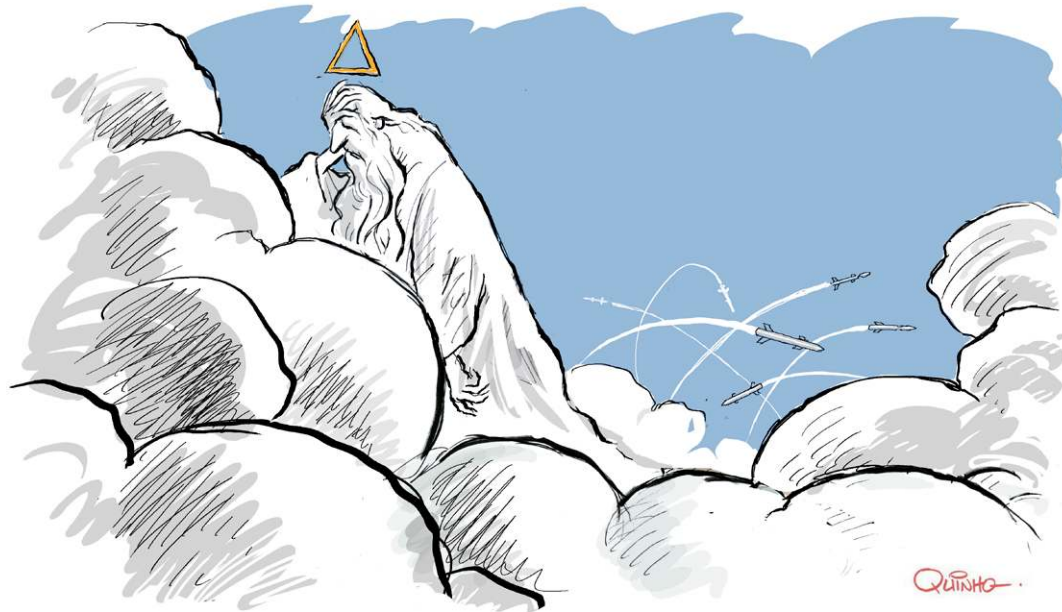
A pesquisa — feita com 2.202 pessoas em todas as regiões do país e divulgada na semana passada — destacou, ainda, que 91% dos brasileiros consideram o diálogo a melhor forma de educar. No entanto, 49% deles admitiram ter dado tapas em crianças ou adolescentes, 27% disseram que já usaram objetos para agredi-los e 62% afirmaram ter gritado com eles.

A Constituição enfatiza, no artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar uma série de direitos à criança, ao adolescente e ao jovem, "com absoluta prioridade". E é uma obrigação "colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

A Lei Menino Bernardo, incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ressalta que "a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los". Lei que está em vigor desde 2014, mas poucos sabem de sua existência.

O Estado tem a obrigação de tomar a frente do combate à violência contra meninos e meninas, com políticas públicas efetivas, campanhas de conscientização e fortalecimento dos serviços de suporte às famílias e de atendimento às vítimas.

Crianças e adolescentes sendo agredidos é um problema público, não privado. Quem souber ou perceber maus-tratos, seja dentro da própria família, seja fora dela, deve denunciar, em delegacias, conselhos tutelares, Disque 100, app Direitos Humanos, app Proteja Brasil ou site da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Ter um ambiente de acolhimento e afeto é um direito de meninos e meninas. Garantir que essa prerrogativa seja respeitada é dever de todos nós.



Sr. Redator

Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Violência em alta

Temos um alarmante aumento da violência, em especial dos furtos e assaltos de celulares que, muitas vezes, se transformam em homicídios. A maioria dessas ocorrências não é registrada em boletim de ocorrência (BO), pois a descrença na polícia e na recuperação do patrimônio furtado é total. Assim, essa praga é vista em todas as capitais e chegou ao DF pela ausência total de policiamento nas ruas. Grande parte desses furtos e roubos é praticada por bandidos em motocicleta. Aqui, na Asa Sul, é constante e rotineiro. Ora, por que não fazem blitz nas vias para verificar se realmente são trabalhadores? Sabemos que muitos ganham a vida como entregadores, mas, até para a segurança deles, uma ação efetiva, imediata e constante é mais que urgente! Ainda temos o fato da população em situação de rua. É um problema social, mas também um problema de segurança. Maior vigilância e ação social e policial iria prevenir boa parte desses crimes. Mas falta vontade política para colocar a polícia nas ruas, sem as jornadas privilegiadas — descansam quatro dias e fazem “bico” na segurança pública!

Marcio Dias Santos

Asa Sul

Vídeo estarrecedor

É estarrecedor, para dizer o mínimo, o vídeo em que um homem aparece atrás de uma mulher, numa academia de um condomínio na Bahia, fazendo um gesto extremamente nojento, queroso. As autoridades precisam agir e dar uma resposta à altura! A sociedade não suporta mais e não tolera atitudes criminosas como essa.

Gilmar Nunes

Cruzeiro

Indicação para o STF

Muito boa a reportagem com o desembargador aposentado Sebastião Coelho (edição de 22 de julho), pré-candidato ao Senado do Brasil, cuja confiabilidade é de extrema relevância para todos nós: seriedade, competência e imparcialidade. Mais importante ainda é a proposta de que as indicações para o Supremo Tribunal Federal (STF) deveriam ser apenas de juízes de carreira — isto é, o topo de uma profissão no Judiciário de uma nação. Os presidentes indicam políticos para o cargo, pois precisam de alguém que os defenda futuramente de qualquer ação judicial. Com a palavra, o Congresso e, principalmente, o Senado brasileiro.

João Coelho Vítola

Asa Norte

Brasil foi entregue

Nossos valorosos militares foram preparados para defender nosso país contra a invasão de inimigos externos. “Se a pátria amada for um dia ultrajada, lutaremos sem temor”, diz a Canção do Exército. Na situação atual, que significado isso ainda tem? O inimigo já está dentro do território e o está conquistando, não com armas nem invasão, mas com dinheiro.

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1157

Desabafos

Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Falam em democracia, mas um senador e pré-candidato a presidente da República não pode falar o que acha, tem que medir as palavras, ter medo de expressar o que pensa? Isso não é democracia!

Roni Paixão — Brasília

O apedeuta e fujão Eduardo Bolsonaro ganhou green card de Donald Trump. Amizade estranha. O presidente dos EUA jogou lama no valioso documento. Depois de perder as eleições de outubro, Flávio merece também o presente. Ficando por aqui, acaba preso.

Vicente Limongi Netto — Asa Sul

Aos candidatos ao governo do DF: preciso definir meu voto. A reinauguração do Teatro Nacional, em 2030, será com minha ópera *Leopoldina* ou com show da dupla Chitãozinho e Xororó?

Maestro Jorge Antunes — Lago Norte

Trump quer Infantino, dirigente da Fifa, como secretário-geral das Nações Unidas. Mas ele não era contra a ONU? Agora quer escolher até o presidente?

Lúcia Bezerra — Brasília

Comprando nosso agronegócio, portos, geração de energia, desmontando a rede de ferramentaria, adquirindo terras raras e minérios, levantando cidades em que só vivem seus nacionais e, quando empregam brasileiros, tratam-nos a chicote, como senhores, que já são. Em contrapartida, aplicam uma taxa de 55% na carne brasileira. O fato óbvio é que o inimigo predador já ocupou o terreno, e a pátria já foi ultrajada. Quando vamos lutar sem temor? O vice-presidente do governo anterior, um general de exército, ostentava a bandeira do inimigo na lapela! E ainda mais significativo da capitulação: todos no Supremo Tribunal Federal são admiradores do regime do inimigo, conforme a abalizada palavra do decano da Corte. O Brasil foi entregue sem luta. Sobrerania é só um lema para uma eleição que se destina a manter tudo como está para entregar o que resta.

Roberto Doglia Azambuja

Asa Sul

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.			
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotografias são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br